PANORAMA DO COMÉRCIO

Outubro / 2026



CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

RESUMO

VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA RECUAM EM JULHO NA COMPARAÇÃO COM O MÊS ANTERIOR; NO ACUMULADO DE 12 MESES, VENDAS REAGEM, MAS CRESCIMENTO AINDA É TÍMIDO

Dados dos indicadores divulgados pela Fundação Getulio Vargas (FGV) mostram que os empresários do comércio e os consumidores apresentaram os menores índices de confiança desde o início do ano. No caso do Indicador de Confiança do Comércio, a avaliação da situação atual puxou o indicador para baixo; já no caso dos consumidores, a confiança foi negativamente afetada pelo componente das expectativas.

Com efeito, desde 2025, o ritmo de crescimento das vendas do comércio desacelerou. Os dados divulgados no último mês mostraram uma reação das vendas do varejo ampliado, mas com um avanço ainda tímido. Os novos dados do IBGE revelam que as vendas ficaram praticamente estagnadas na comparação mensal, entre agosto e julho de 2026, mas mantiveram crescimento de 1,7% no acumulado do ano.

Pesando sobre as expectativas, as incertezas que são próprias do período eleitoral lançam dúvidas sobre a trajetória da economia. Nesse sentido, a primeira tarefa que se impõe no novo ciclo de governo é o resgate da confiança, que impulsiona os investimentos empresariais.

Panorama do Comércio

1,7%
Crescimento das vendas do **comércio varejista** no acumulado do ano

1,7%
Crescimento das vendas do **varejo ampliado** no acumulado do ano

5,7%
Crescimento das vendas de Materiais para escritório no acumulado do ano

Panorama Macro

4,6%
Inflação acumulada em set-26 (IPCA)

1,13 milhão
Saldo de empregos formais criados no acumulado de 12 meses

13,75%
Taxa SELIC em porcentagem ao ano

Vale destacar que os indicadores de confiança permanecem por longo período abaixo dos 100 pontos. Pela metodologia dos indicadores, esse resultado indica prevalência do pessimismo quando se considera o presente e o futuro da própria situação financeira e da economia.

No campo do combate à inflação, o desafio também permanece. O índice oficial registrou novo repique na medição de setembro de 2026, ficando acima do teto da meta. Além disso, as expectativas para inflação cresceram, chegando a 5,2% no Boletim Focus de 09 de outubro de 2026. No Boletim de 11 de setembro, as expetativa era de que a inflação encerraria 2026 em 4,9%. Essa rápida deterioração das expectativas para os preços pode impactar a trajetória da taxa SELIC.

Por fim, no mercado de trabalho, o Panorama destaca a desaceleração do ritmo de crescimento de vagas formais. De janeiro a agosto de 2026, 1,13 milhão de vagas foram criadas na economia brasileira. Ocorre que, no mesmo período de 2025, esse saldo chegou a 1,52 milhão. No comércio, a desaceleração foi ainda mais acentuada. De janeiro a agosto de 2026, 9.300 vagas foram criadas pelo setor.

Termômetro do consumidor

-3,6%

Queda do Indicador de Confiança do Consumidor

75 milhões

Número de consumidores negativados em set-26

VENDAS DO COMÉRCIO

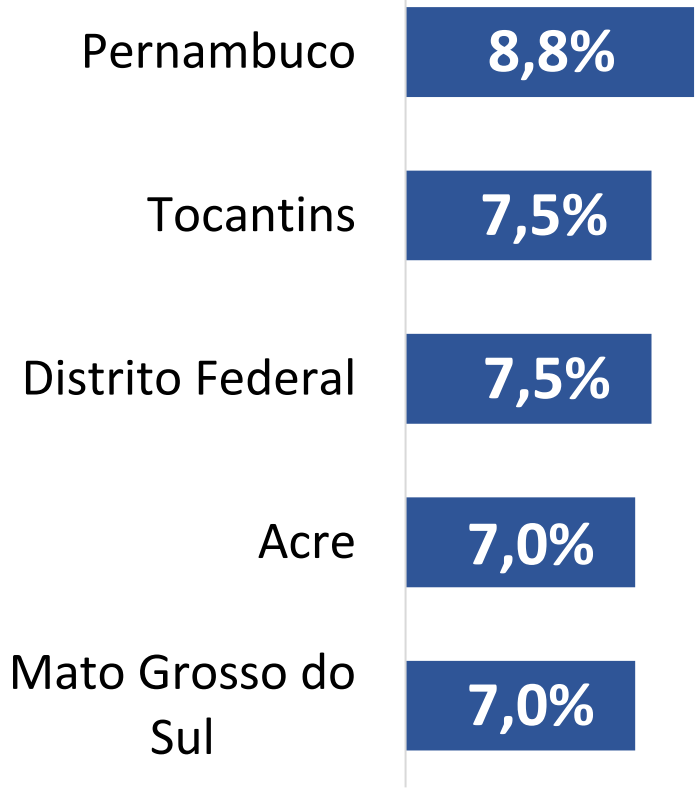
Vendas do comércio crescem 1,7% no acumulado de janeiro a agosto de 2026, mostra IBGE; desempenho do varejo ampliado melhora, mas ainda é modesto

1,7%
Crescimento das vendas do **comércio varejista** no acumulado do ano (jan-26 a ago-26)

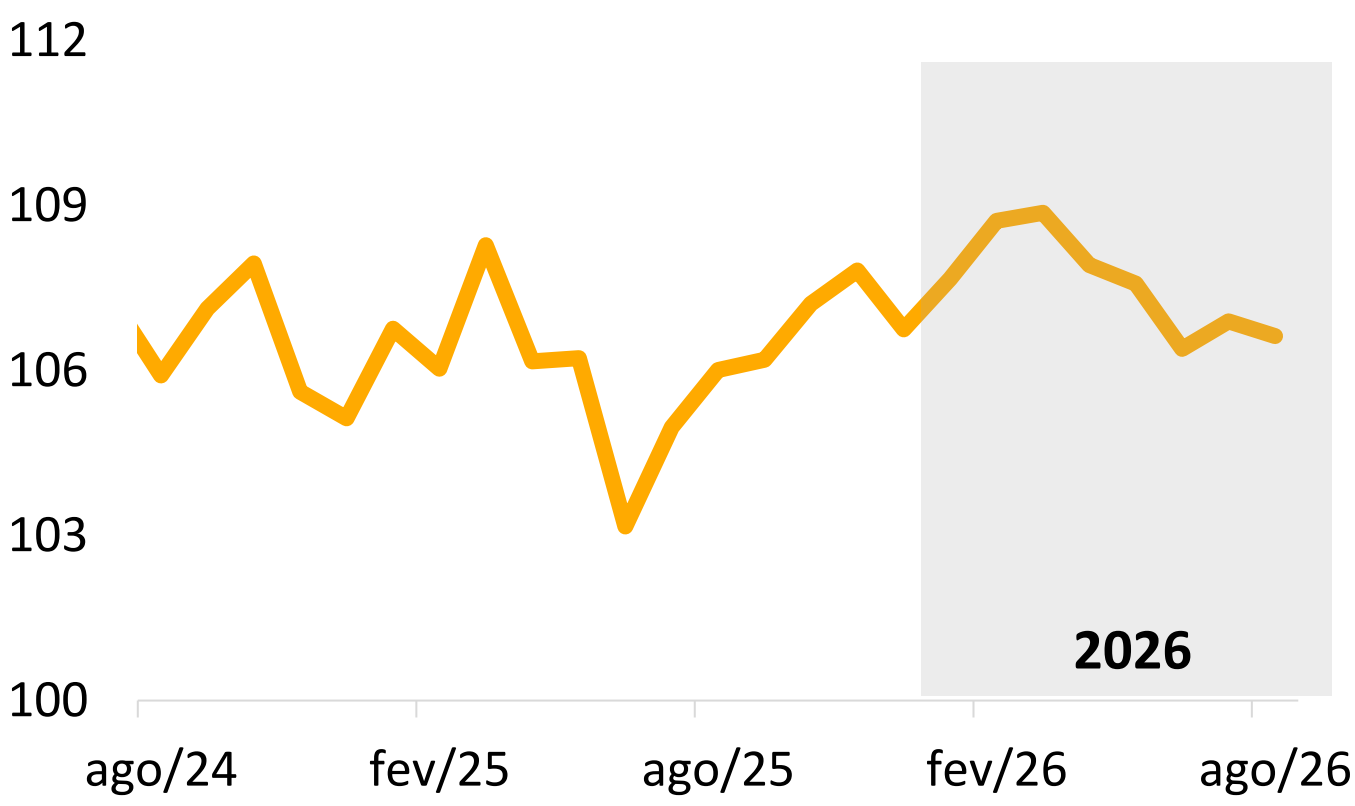
1,7%
Crescimento das vendas do **varejo ampliado** no acumulado do ano (jan-26 a ago-26)

De janeiro a agosto de 2026, as vendas do comércio varejista registraram crescimento de 1,7% na comparação com o mesmo período de 2025. Essa segmentação desconsidera as vendas de segmentos comerciais mais específicos, como o de veículos, materiais para construção e atacadista de alimentação e bebidas. No varejo ampliado, que considera o conjunto de todas as atividades comerciais, a alta também foi de 1,7%. Para essa segmentação, os dados mais recentes mostram uma reação das vendas, embora o ritmo de crescimento mantenha-se moderado e em linha com o ritmo da atividade econômica. A série histórica das vendas do varejo ampliado mostra um crescimento expressivo das vendas no 1º trimestre do ano, seguido de recuos. O detalhamento dos dados por estado mostra que Pernambuco lidera o crescimento das vendas, com alta de 8,8%. Em seguida, aparecem Tocantins e Distrito Federal, ambos com crescimento de 7,5%.

Ranking dos estados
Crescimento das vendas do varejo ampliado no acumulado do ano



Vendas do Varejo Ampliado
Número Índice (2022 = 100)



Fontes: **IBGE** | Referência: **Agosto de 2026**

VENDAS DO COMÉRCIO POR SEGMENTO

Das 11 atividades segmentadas pelo IBGE, duas registraram queda no acumulado do ano; vendas de “Materiais para escritório” lideram crescimento

De janeiro a agosto de 2026, os dados do IBGE mostram que as vendas de Materiais para escritório registraram crescimento de 5,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse segmento inclui as vendas de itens de informática. Na comparação mensal, isto é, entre agosto de 2026 e o mês imediatamente anterior, a alta também foi expressiva, de 6,3%. O segmento de “Artigos médicos e farmacêuticos” também foi destaque no acumulado do ano, com alta de 4,6%. Das 11 atividades segmentadas pelo IBGE, apenas duas registraram queda no acumulado do ano: “materiais para construção” e “tecidos, vestuário e calçados”.

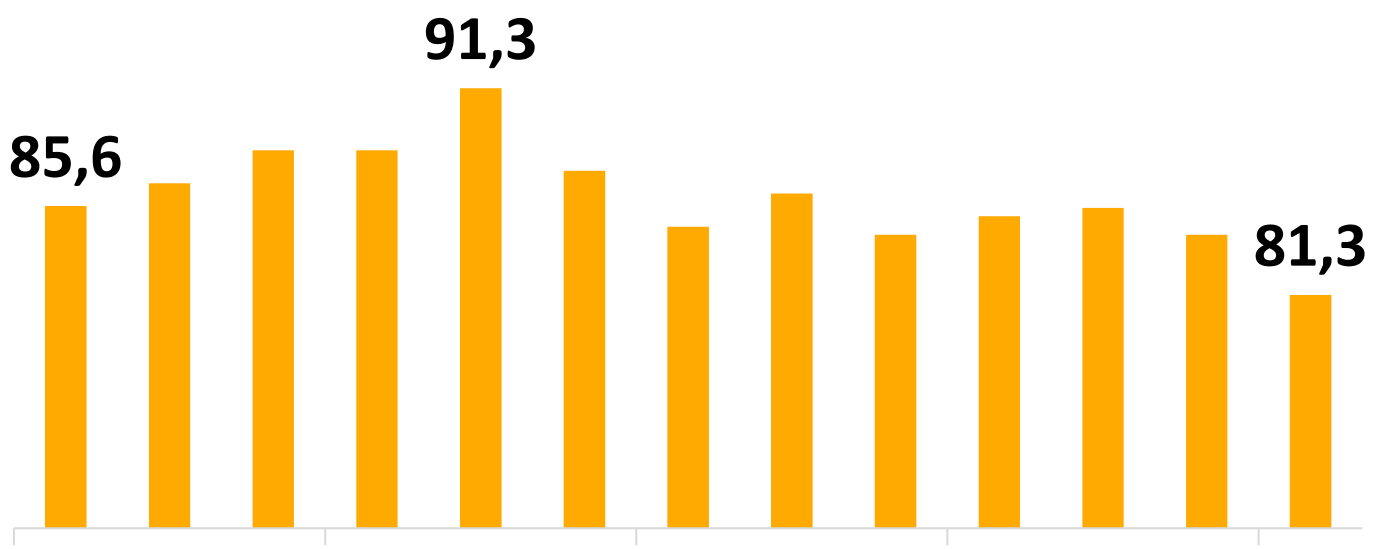
Segmento do comércio	Acumulado no ano	Variação Mensal
Materiais para escritório	5,7%	6,3%
Artigos médicos e farmacêuticos	4,6%	0,7%
Livros, jornais, revistas e papelaria	3,2%	0,2%
Veículos, motocicletas, partes e peças	3,0%	-1,0%
Combustíveis e lubrificantes	1,6%	1,1%
Atacadista de alimentação e bebidas	1,6%	-
Hipermercados e supermercados	1,4%	-0,3%
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	1,3%	1,4%
Móveis e eletrodomésticos	1,2%	-4,2%
Materiais para construção	-1,2%	-2,0%
Tecidos, vestuário e calçados	-1,4%	0,6%

Fonte: **IBGE** | Referência: **Agosto de 2026**

INDICADOR DE CONFIANÇA DO COMÉRCIO

Indicador de Confiança do Comércio recua para o menor patamar desde o início do ano, mostra indicador da FGV; avaliação da situação atual cai

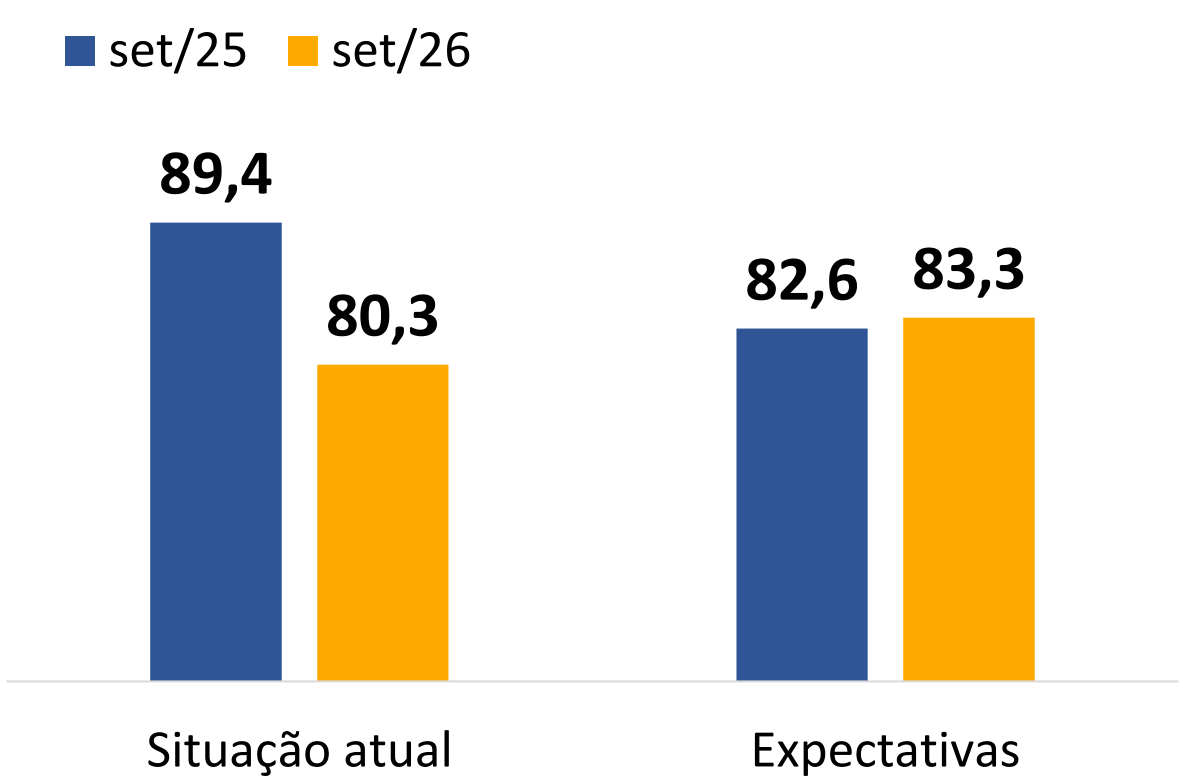
Indicador de Confiança do Comércio
Número índice (de zero a 200)



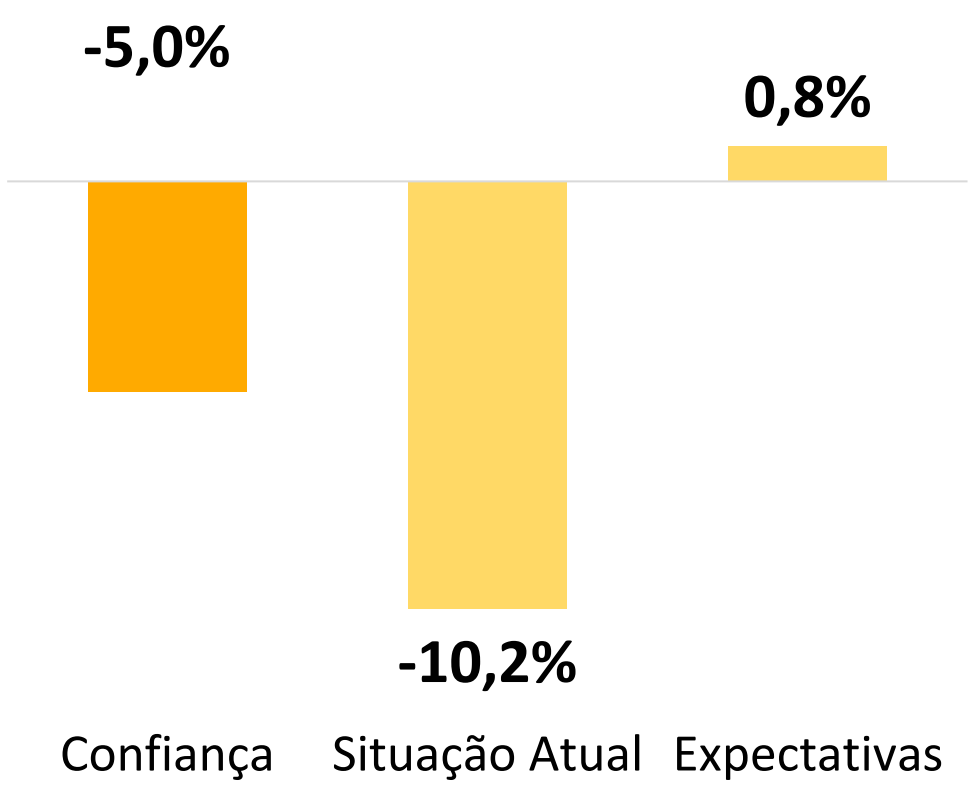
Dados divulgados pela Fundação Getulio Vargas (FGV) mostram que o indicador de confiança do comércio recuou para o menor valor registrado desde o início do ano, marcando 81,3 pontos. Para comparação, em janeiro de 2026, esse indicador registrou 91,3 pontos, o que mostra um recuo de 10 pontos desde então.

Pela metodologia do indicador, pontuações acima de 100 pontos indicam prevalência do otimismo; pontuações abaixo dessa marca indicam prevalência do pessimismo entre os empresários do setor. O detalhamento dos dados mostra ainda que o maior recuo foi observado no componente que avalia a situação atual, que recuou de 89,4 para 80,3 pontos entre setembro de 2026 e o mesmo mês do ano anterior. No componente das expectativas, a pontuação passou de 82,6 para 83,3 pontos.

Componentes da confiança
Número índice (zero a 200 pontos)



Variações da confiança
Set-26 ante set-25



Fonte: **FGV** | Referência: **Agosto de 2026**

MERCADO DE TRABALHO

Saldo de criação de vagas formais desacelera no comércio, mostra CAGED; de janeiro a agosto de 2026, 1,13 milhão de vagas formais foram criadas no conjunto de todos os setores

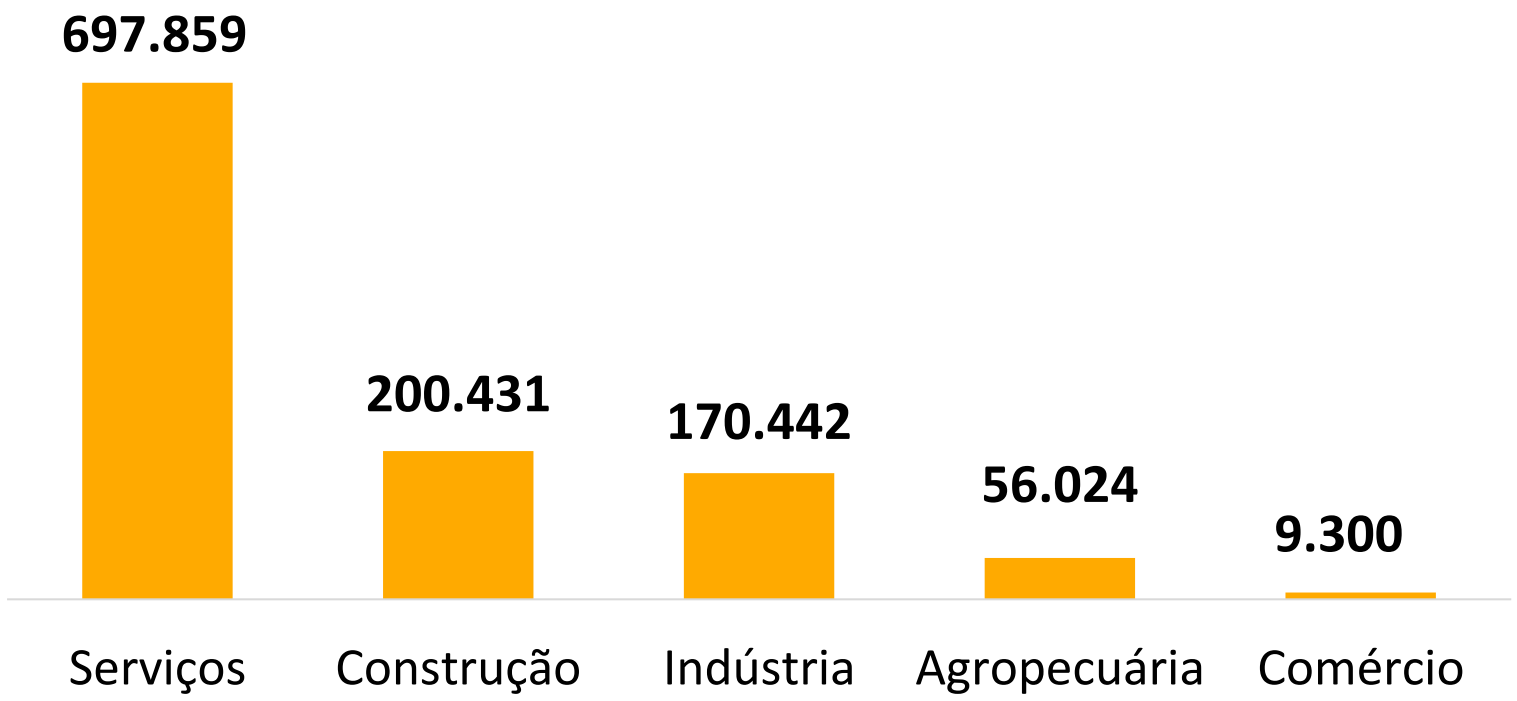
Dados do CAGED mostram que, em agosto de 2026, 165.827 vagas formais foram criadas na economia brasileira, considerando o conjunto de todos os setores. O resultado é calculado pela diferença entre o total de admissões e o total de demissões. No acumulado do ano, que considera o período de janeiro a agosto de 2026, cerca de 1,13 milhão de vagas formais foram criadas no país. O resultado ficou abaixo do observado no mesmo período de 2025, quando o saldo foi de cerca de 1,52 milhão. Os dados confirmam mais uma vez a desaceleração em curso no mercado de trabalho formal, embora o saldo mantenha-se expressivo. O detalhamento dos dados por setor mostra que os serviços lideram a criação de vagas no país, com saldo de 697.859 vagas formais criadas. Em seguida, aparece a Construção. No comércio, a desaceleração de criação de vagas mostra-se mais acentuada do que na média nacional. De janeiro a agosto de 2025, o setor registrou saldo de 161.918 vagas formais criadas. Em 2026, esse saldo foi de 9.300.

165.827

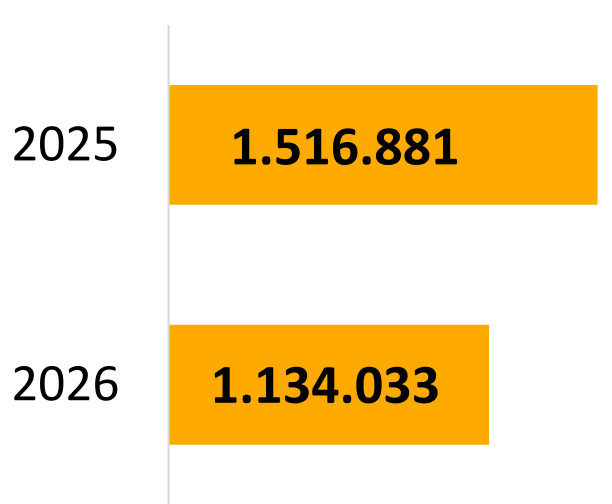
Saldo de criação de vagas formais em agosto de 2026

Dadas setoriais

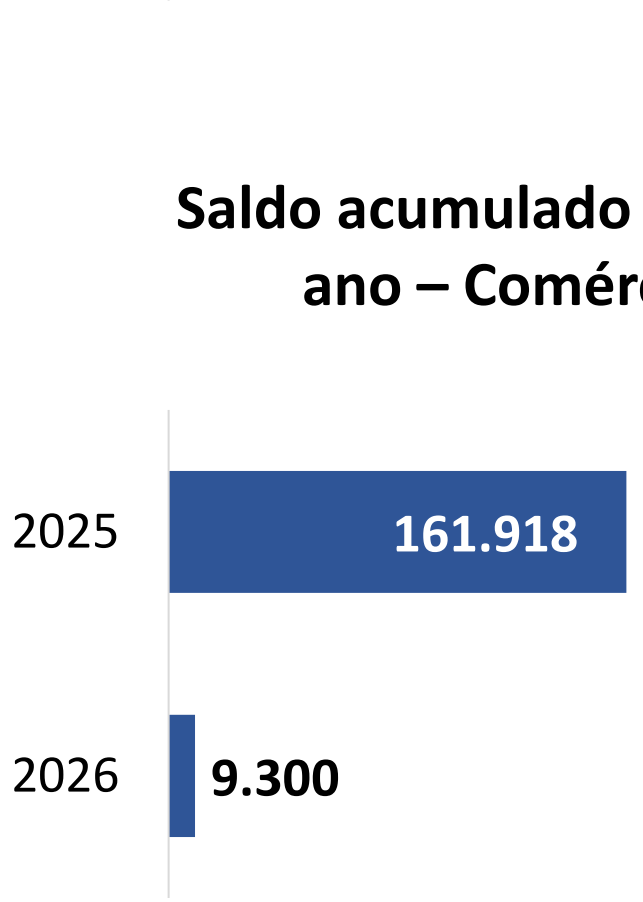
Acumulado no ano



Saldo acumulado no ano – Todos os setores



Saldo acumulado do ano – Comércio



O saldo **acumulado no ano** considera o período de janeiro a agosto de 2025 e de 2026

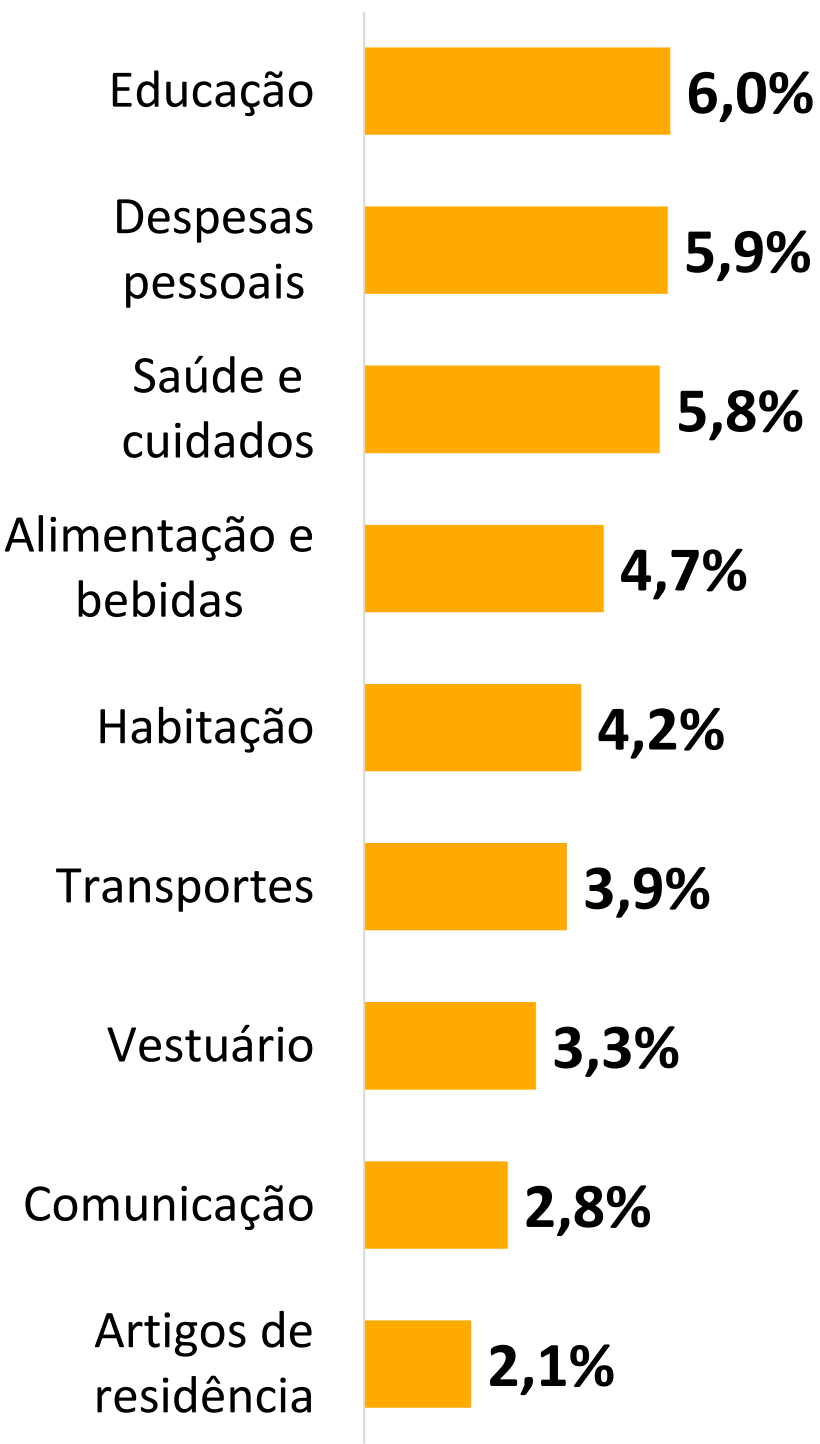
Fontes: **CAGED** | Referência: **Agosto de 2026**

INFLAÇÃO

Inflação chega a 4,6% no acumulado de 12 meses e volta a ficar acima do teto da meta; projeções indicam inflação de 5,2% em 2026

Maiores altas do IPCA

Acumulado em 12 meses



0,83%

Variação mensal do IPCA (set-26 ante ago-26)

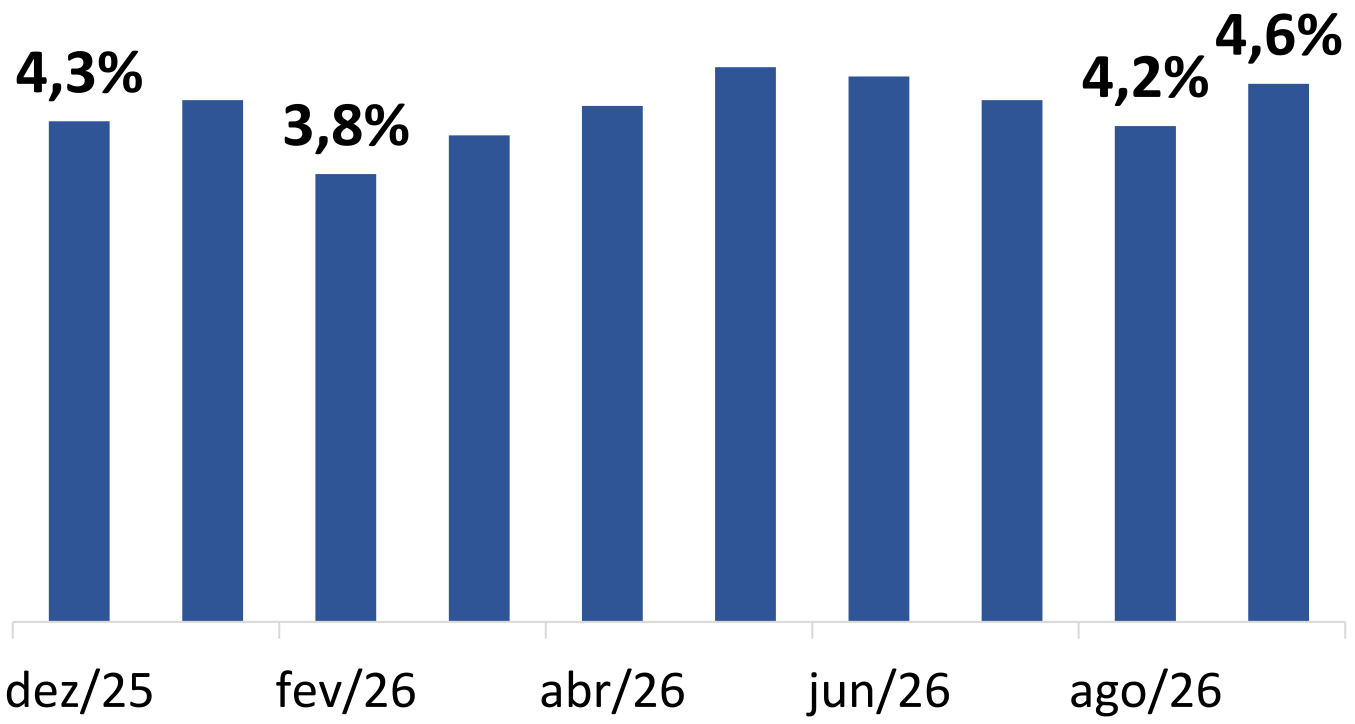
5,2%

Expectativa de inflação para 2026

Dados divulgados pelo IBGE mostram que o índice oficial de inflação (IPCA) registrou crescimento de 0,83% na comparação entre setembro e agosto de 2026. Com esse resultado mensal, a inflação acumula alta de 4,6% em 12 meses, voltando a ficar acima do teto da meta. Os resultados de setembro revertem a trajetória apresentada nos meses anteriores, em que se observou desaceleração do ritmo de crescimento dos preços. No acumulado dos 12 meses encerrados em agosto, o IPCA registrou alta de 4,2%, com queda expressiva do preço da energia elétrica residencial. Em setembro, passado esse efeito, o índice voltou a acelerar. O detalhamento dos dados por grupos de bens e serviços mostra que os itens de "Educação" registraram alta de 6,0%, liderando o crescimento dos preços. Em seguida, aparecem os itens de "Despesas pessoais". Olhando adiante, as projeções coletadas pelo Boletim Focus em 09 de outubro mostram que a inflação deverá encerrar 2026 com alta de 5,2%. No Boletim Focus de 11 de setembro, a projeção era de 4,9%.

IPCA Total

Acumulado em 12 meses



Fontes: **IBGE e BCB** | Referência: **Agosto de 2026**

TERMÔMETRO DO CONSUMIDOR

Indicador de Confiança do Consumidor marca 84,2 pontos em setembro e registra o menor patamar desde o início do ano; componente das expectativas recua

2,4%

Crescimento do componente da Situação Atual (set-26 ante set-25)

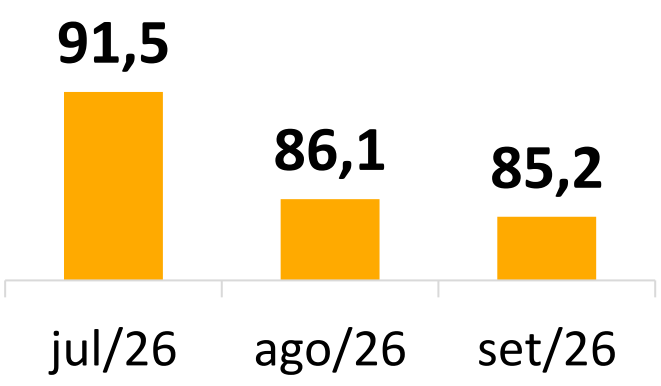
-5,4%

Queda do componente da Expectativa (set-26 ante set-25)

De acordo com dados da Fundação Getulio Vargas (FGV), o Indicador de Confiança do Consumidor registrou 84,2 pontos em setembro de 2026. Com esse resultado, observa-se uma ligeira queda com relação ao resultado registrado no mês anterior (84,7 pontos). Além disso, esse foi o quinto recuo consecutivo do indicador de confiança. Ampliando o horizonte de análise, constata-se que, na comparação entre setembro de 2026 e o mesmo mês de 2025, a confiança recuou 3,6%. O detalhamento dos dados mostra que o componente das "Expectativas" registrou 85,2 pontos, com recuo de 5,4% na comparação com o resultado de setembro de 2025. Já o componente da "Situação Atual", que avalia a percepção sobre os últimos meses, registrou 84,0 pontos, com avanço de 2,4%. Em suma, a percepção dos consumidores tem sido afetada pelas incertezas próprias de um período eleitoral, que impactam o componente das expectativas, e pelo quadro de endividamento elevado, que afeta a percepção sobre a situação atual.

Expectativas

Número índice (de zero a 200)

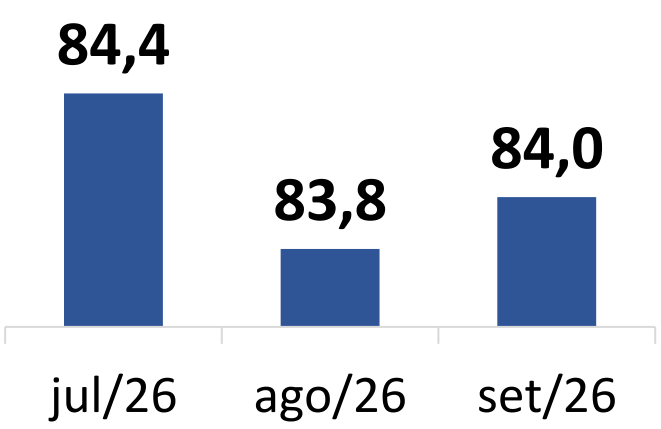


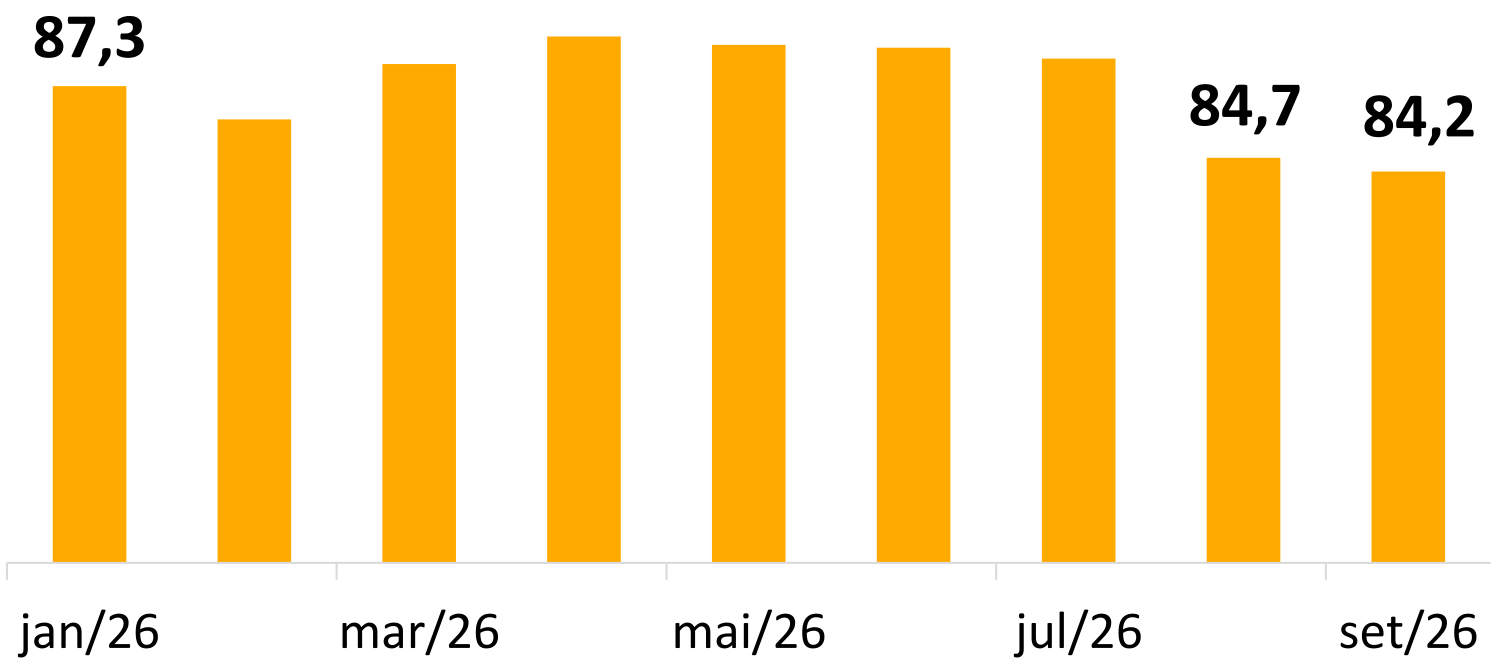
Indicador de Confiança do Consumidor

Número índice (zero a 200)

Situação Atual

Número índice (de zero a 200)





Fonte: **FGV** | Referência: **Setembro de 2026**

MERCADO DE CRÉDITO

Taxa de inadimplência bancária medida pelo Banco Central segue avançando e alcança 6,0% no segmento de pessoas físicas; saldo de crédito também avança

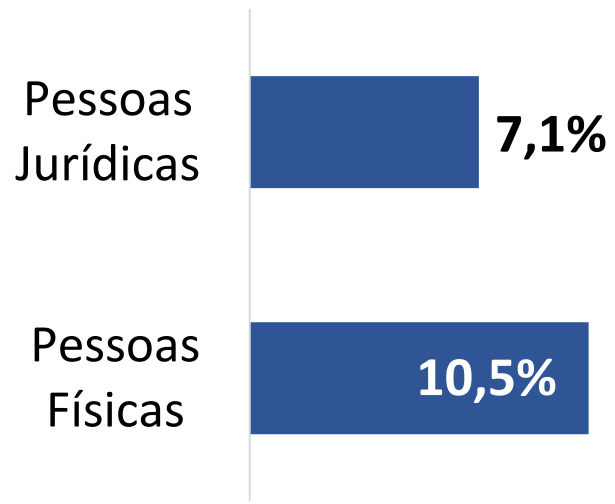
Ao longo dos últimos dois anos, a taxa de inadimplência bancária cresceu no país. Essa taxa é calculada pelo Banco Central do Brasil como a proporção do saldo de crédito com atraso superior a 90 dias. No segmento de Pessoas Físicas, a taxa de inadimplência chegou a 6,0% em agosto de 2026. Para comparação, em agosto de 2024, essa taxa foi estimada em 3,8%, o que mostra um avanço de 2,2 pontos percentuais. Entre as empresas, a taxa de inadimplência chegou a 3,4%, ante 2,6% em agosto de 2024. Embora medidos de forma diferente, esses dados corroboram o que os indicadores de inadimplência divulgados pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e pelo SPC Brasil mostram ao longo dos últimos anos. O avanço da inadimplência relaciona-se com um ciclo duradouro de expansão do crédito. Pelos dados do Banco Central, observa-se que o crescimento do saldo de crédito desacelerou, mas segue expressivo, tendo alcançado 7,1% no segmento de empresas e 10,5% no segmento de crédito às famílias.

R$ 7,4 tri

Saldo de crédito total (PF + PJ) em ago-26

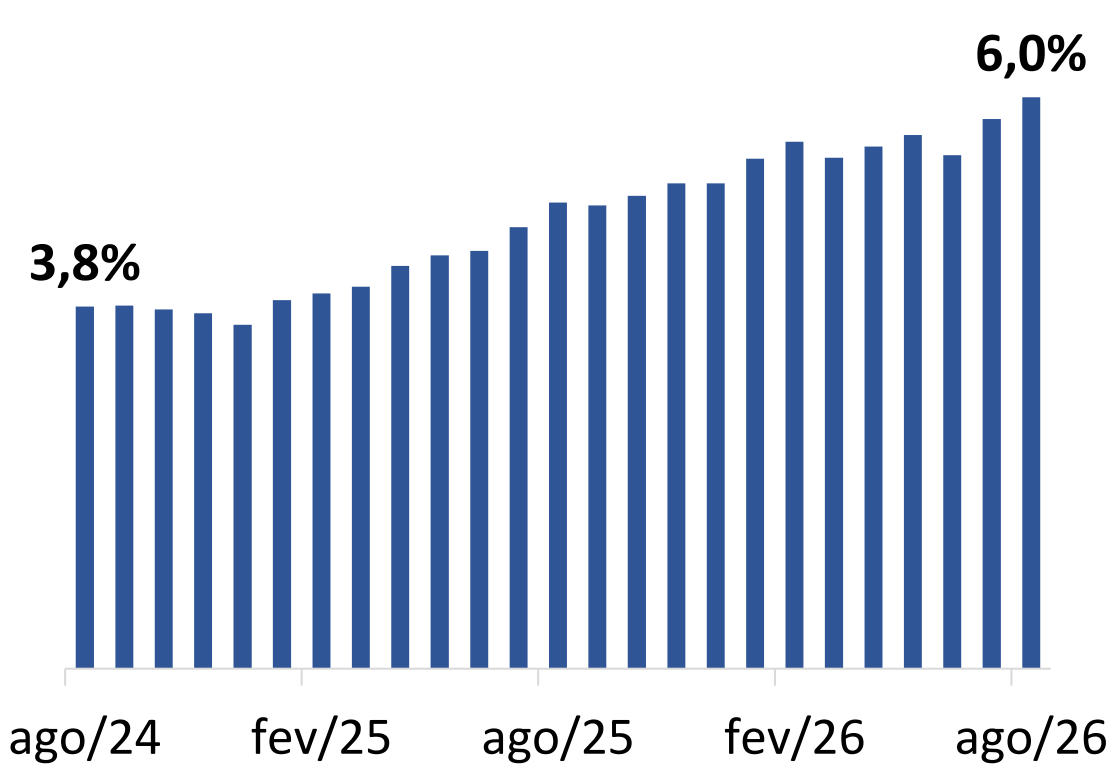
Crescimento do saldo de crédito

Ago-26 ante ago-25



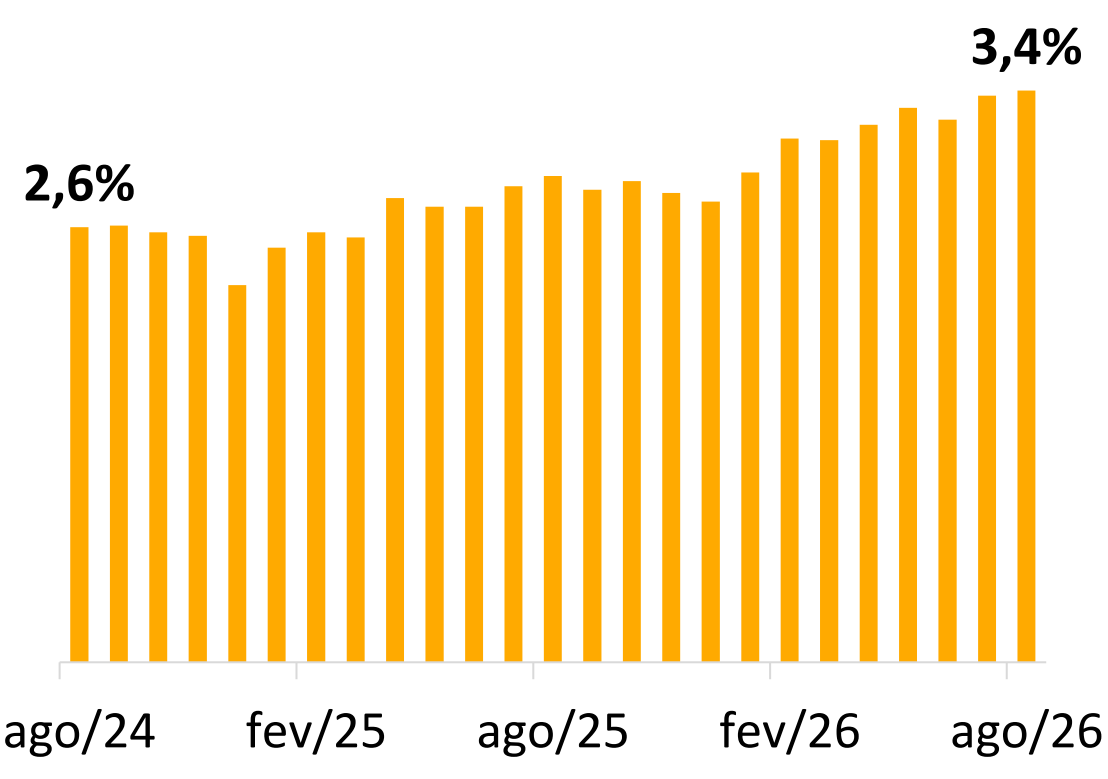
Taxa de inadimplência – PF

% do saldo de crédito com atraso superior a 90 dias



Taxa de inadimplência – PJ

% do saldo de crédito com atraso superior a 90 dias



Fonte: **Banco Central do Brasil** | Referência: **Agosto de 2026**

INDICADOR DE INADIMPLÊNCIA

Número de consumidores negativados cresce 7,0% e inadimplência atinge 75 milhões de brasileiros, mostra indicador; crescimento do número de empresas negativadas chega a 13%

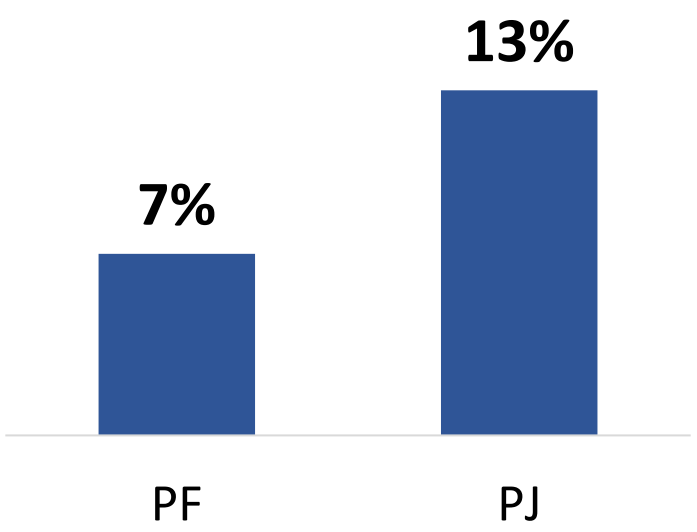
75 mi

Estimativa do número de negativados em set-26

Em setembro de 2026, de acordo com dados divulgados pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo SPC Brasil, o número de consumidores negativados chegou a 75 milhões no país. Esse número representa 44,7% da população adulta. Na comparação entre setembro de 2026 e o mesmo mês do ano anterior, o número de pessoas físicas negativadas cresceu 7,0%. Os dados do indicador permitem a análise por região. Constata-se que, na região Norte, o avanço foi de 9,8%. Em seguida, aparecem as regiões Centro-Oeste (7,7%) e Norte (7,3%). No segmento de pessoas jurídicas, o crescimento do número de empresas negativadas foi de 13%, sendo que o maior avanço foi registrado no Centro-Oeste (18%). Ressalta-se que o crescimento recente da inadimplência vem na esteira da forte expansão do crédito observada ao longo dos últimos anos. Nos últimos meses, houve desaceleração do ritmo de avanço do crédito, mas o crescimento permanece expressivo.

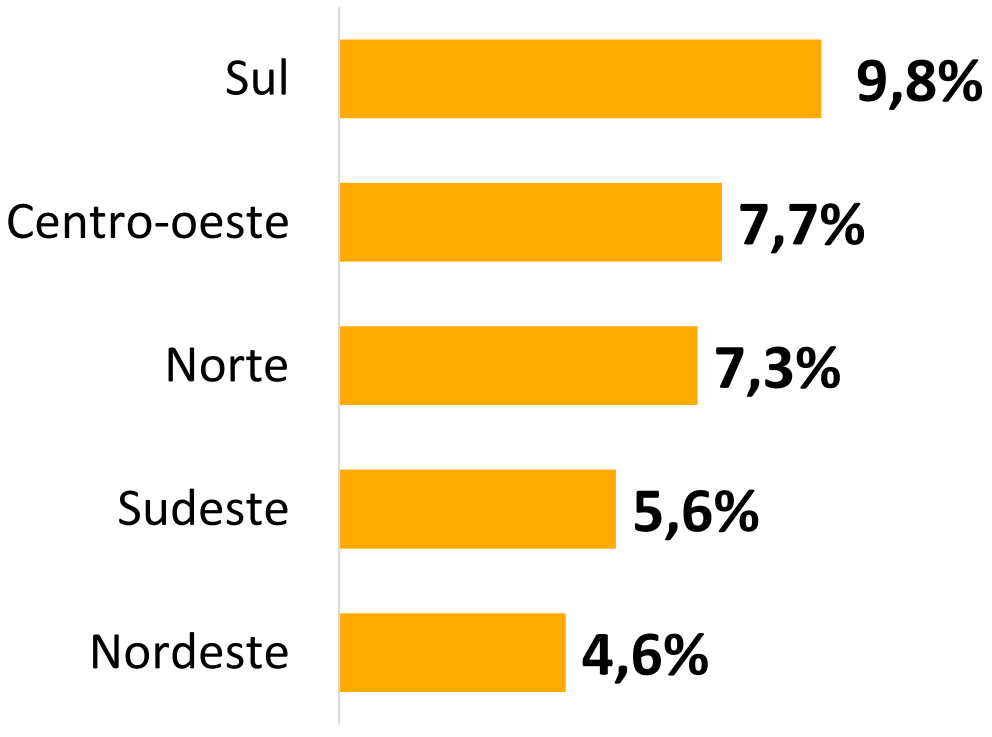
Crescimento do número de negativados no Brasil

Set-26 ante set-25



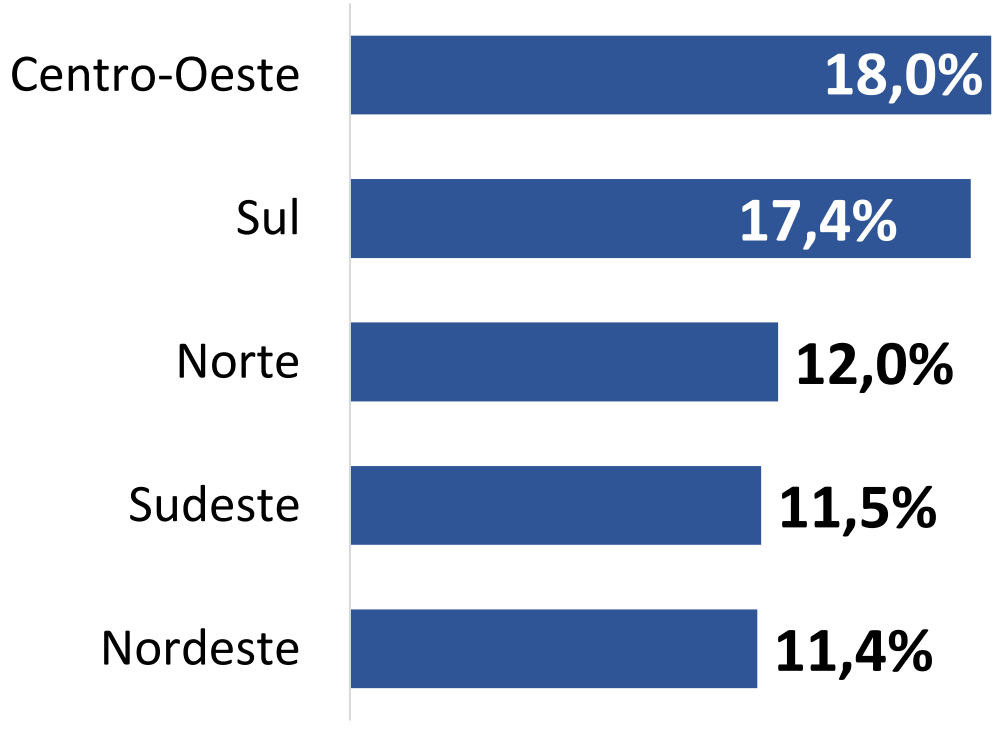
Dados regionais – PF

Crescimento do número de negativados (set-26 ante set-25)



Dados regionais – PJ

Crescimento do número de negativados (set-26 ante set-25)



Fontes: **CNDL e SPC Brasil** | Referência: **Setembro de 2026**

CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Comércio e serviços devem abrir 130 mil vagas para o fim do ano

O comércio e o setor de serviços brasileiros preveem abrir cerca de 130 mil vagas temporárias e efetivas para o fim de ano de 2026, representando um acréscimo de 12 mil postos em relação ao ano passado. É o que aponta pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a OfferWise. De acordo com o levantamento, a maior parte dos empresários (57%) pretende manter o quadro de funcionários como está, enquanto 26% já planejam aumentar a equipe e apenas 3% cogitam reduzi-la. Ao todo, 36% das empresas já contratou ou pretende contratar funcionários para o fim de ano, sejam eles temporários, informais, efetivos ou terceirizados.

Confira a pesquisa

39% das contratações serão por tempo indeterminado. Já metade das empresas (50%) inclui vagas temporárias para o fim de ano.

A média será de 1,52 profissional temporário por empresa, e quase metade das empresas que contratam temporários (47%) planeja reforçar o time com apenas 1 profissional. A duração média dessas contratações é de 2,4 meses, e a média de efetivações é de 1 funcionário por empresa.

A idade média dos contratados é de 26 anos, concentrada na faixa de 25 a 34 anos. Quanto ao gênero, 38% das empresas não têm preferência, enquanto 33% buscam mulheres e 28%, homens.

A remuneração média é de R$ 1.805, uma queda de R$ 138 frente a 2025, e a carga horária também recuou de 7,75, para 7,54 horas diárias. Em contrapartida, 71% das empresas já oferecem algum benefício, sinal de que o corte no salário direto vem acompanhado de compensação por outra via.

Vendedor segue como a função mais demandada (23%), seguida por ajudante (22%), entregador (10%), manicure (10%), caixa (9%) e recepcionista (9%). O avanço mais expressivo é o de cargos ligados a entrega e apoio operacional — ajudante e entregador —, o que acompanha a migração das vendas para canais digitais, que dependem de logística própria.

CONGRESSO NACIONAL

Período eleitoral e pautas em destaque

No começo do mês aconteceu o primeiro turno eleitoral para eleição do presidente da república, governadores, deputados estaduais, federais e senadores. Mas o mês de outubro foi marcado mesmo pela polarização eleitoral e pela disputa do segundo turno presidencial, previsto para 25 de outubro. Esse ambiente ampliou a pressão por medidas de apelo popular e a tornou mais sensível a negociação de pautas estruturantes. Para o setor produtivo, o desafio foi evitar que decisões de longo prazo fossem tomadas sem avaliação adequada de seus impactos fiscais, econômicos e sociais. O desfecho eleitoral poderá influenciar as prioridades políticas e as expectativas econômicas para 2027.

Para o setor varejista, o foco está nos temas capazes de afetar o consumo das famílias, o custo de operação das empresas, o crédito, a segurança jurídica e a competitividade dos pequenos negócios.

No período as principais pautas em destaque foram sobre a Jornada de trabalho 6×1: a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, com dois dias de descanso remunerado.

A preocupação com a regulamentação da Reforma tributária e competitividade: a transição tributária permanece no radar, com discussões sobre a regulamentação de tributos e a continuidade do IPI diante do atraso na implantação do Imposto Seletivo. Para o varejo, serão fundamentais a clareza das regras, a previsibilidade dos custos e a preservação da competitividade das empresas.

CONGRESSO NACIONAL

Período eleitoral e pautas em destaque

Microempreendedor individual (MEI) e pequenos negócios: propostas relacionadas ao limite de faturamento, à regularização de dívidas e ao ambiente de negócios. A medida poderá influenciar a formalização, a capacidade de investimento e a sustentabilidade dos pequenos empreendimentos.

A PEC da Segurança Pública integrou a agenda prioritária do Congresso. O tema interessa diretamente ao comércio, considerando os efeitos da criminalidade sobre estabelecimentos, trabalhadores, consumidores, logística e custos operacionais.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CONGRESSO NACIONAL

Vigência e segurança jurídica

Sancionado e transformado na Lei Complementar 235/2026, de 27 de agosto, o PLP 114/2026 que alterou a Lei Complementar 224/2025 e passou a garantir a isenção dos atuais IRPJ, CSSL e COFINS às entidades sem fins lucrativos.

Sancionada a isenção aos importados até 50 dólares

A MP 1357/2026 que isentou as importações até 50 dólares, foi sancionada na Lei nº 15.502, de 10 de setembro de 2026, a medida previu a responsabilização de plataformas por fraude ou pirataria, garantiu a avaliação periódica dos efeitos da isenção que permite à Fazenda restabelecer tributação. Porém, foram descartadas propostas de criar isenções ou compensações imediatas para as empresas nacionais.

Promulgada a PEC do fim da jornada 6x1

A PEC 221/2019 que prevê o fim da jornada de trabalho da escala 6x1, foi promulgada na Emenda Constitucional nº 141/2026 pelo Congresso Nacional no último dia 16 de outubro de 2026.

A alteração foi no art. 7º da Constituição Federal para reduzir a duração máxima semanal do trabalho e prever 2 dias de repouso semanal remunerado, sem redução salarial. A entrada em vigor será a partir da publicação da Emenda Constitucional:

- 42h - após 2 meses;
- 40h - após 14 meses (1 ano e 2 meses);
- Com 2 folgas semanais.

CONGRESSO NACIONAL

Promulgada a PEC do fim da jornada 6x1

Para a CNDL a aprovação é uma preocupação para o setor de comércio e serviços que funcionam e atendem os consumidores aos finais de semana e o aumento dos custos para suportar a redução de jornada sem compensações efetivas para o setor produtivo.

Durante o debate no Congresso Nacional, a CNDL defendeu emendas e alterações para mitigação dos impactos relacionados aos custos com o Descanso Semanal Remunerado e uma maior flexibilização das jornadas de trabalho conforme a realidade de cada setor.

Ampliação do limite do MEI, mas não os do Simples ainda

As duas Casas do Congresso Nacional aprovaram em ritmo recorde de tramitação o PLP 186/2026, de iniciativa do Poder Executivo, que amplia o limite de faturamento e o número de empregados do MEI.

Principais destaques:

- Faturamento e contratação: o substitutivo eleva o limite de receita bruta anual do MEI para R$ 110 mil em 2027 e R$ 140 mil a partir de 2028. Também permite a contratação de até dois empregados, remunerados com um salário mínimo ou o piso da categoria, além da contratação temporária de substitutos em casos de afastamento legal.
- Remissão de dívidas: o texto prevê a remissão integral de créditos inscritos em Dívida Ativa da União até 13/10/2026, relativos às contribuições mensais do MEI e às obrigações

CONGRESSO NACIONAL

Ampliação do limite do MEI, mas não os do Simples ainda

- Acessórias correspondentes, incluindo juros, multas e encargos.

- O benefício fica condicionado à adimplência das contribuições nos seis meses seguintes à entrada em vigor da lei e à desistência de eventuais ações judiciais relacionadas aos créditos abrangidos. A regulamentação caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

- Licitações públicas: o substitutivo atualiza as regras de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte em licitações, vinculando os limites à Lei nº 14.133/2021, e prevê licitações exclusivas para MEIs em contratações de menor valor.

- Impacto fiscal: a ampliação do limite de faturamento fica condicionada à previsão da renúncia fiscal nas leis orçamentárias de 2027 a 2029.

A versão final do PLP não tratou da atualização da tabela do Simples Nacional, mas a CNDL, com entidades do setor produtivo, defendeu emenda apresentada pelo Deputado Gilson Marques (Novo - SC) na Câmara e a emenda apresentada pelo Senador Laércio Oliveira (PP – SE) no Senado que tinha essa proposta, porém as emendas não foram acatadas.

Próximos passos: até o fechamento desta edição a matéria aguardava sanção em lei.

www.cndl.org.br

Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL